

A ONU e a Diplomacia militar: a influência das agendas nacionais na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS)

The UN and the Military Diplomacy: the influence of the national agendas in the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.122070>

Guilherme de Araujo Grigoli

Instituto Meira Mattos - Escola de Comando e Estado Maior do Exército

guigrigoli@gmail.com  

Lucas Amorim Poyares Castro

Instituto Meira Mattos - Escola de Comando e Estado Maior do Exército

lucaspoyares@gmail.com  

Resumo

A diplomacia militar é um dos instrumentos de implementação das agendas nacionais em cenários de conflito. A participação de um país em uma operação de paz está vinculada aos seus interesses nacionais, diretos ou indiretos, e pode impactar na eficácia destas. Trata-se de pesquisa qualitativa, apoiada no estudo de caso da UNMISS, com utilização da técnica de observação não estruturada feita por um dos autores em 2015/2016 e de análise documental. Estuda como a diplomacia militar serve de ferramenta na relação entre as agendas nacionais e as Operações de Paz sob a égide da ONU. Especificamente, questionamos como o interesse nacional dos países contribuintes das missões de paz influenciam em sua eficácia. Ao final, como conclusões apresenta formas de reduzir e/ou mitigar esses efeitos no sistema ONU, repensando essa atividade para o aprimoramento do multilateralismo, entendendo o papel das alianças transnacionais na mitigação dessas diversas agendas nacionais no âmbito da missão.

Palavras-chave: Sudão do Sul; Diplomacia Militar; Organização das Nações Unidas; Interesses Nacionais.

Abstract

Military diplomacy is one of the instruments for implementing national agendas in conflict scenarios. The participation of a country in a peace operation is linked to its national interests, direct or indirect, and can impact their effectiveness. This is qualitative research, supported by the UNMISS case study, using the technique of unstructured observation made by one of the authors in 2015/2016 and document analysis. It studies how military diplomacy serves as a tool in the relationship between national agendas and Peace Operations under the aegis of the UN. Specifically, we question how the national interest of countries contributing to peace missions influence their effectiveness. In the end, as conclusions, it presents ways to reduce and/or mitigate these effects in the UN system, rethinking this activity to improve multilateralism, understanding the role of transnational alliances in mitigating these various national agendas within the scope of the mission.

Keywords: South Sudan; Military Diplomacy; United Nations; National Interests.

Recebido: 04 fevereiro 2022

Aceito: 17 junho 2022

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Introdução

Na busca pela manutenção da paz e segurança internacionais, as Operações de Paz (OPaz) têm se destacado como um dos instrumentos utilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), embora os modelos de intervenções humanitárias praticados não estejam expressos de forma clara na Carta das Nações Unidas, estas ocorrem sob o entendimento de que a ausência de uma norma que as autorize não significa a sua proibição, possibilitando a sua ocorrência em vários países ao redor do mundo (JUBILUT, 2008).

Com base nos capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas, os países do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) instituíram as OPaz como um mecanismo multilateral destinado a manter ou restaurar a paz e a segurança internacional (ONU, 1945). Assim, com o objetivo de reprimir as violações de direitos fundamentais, a ONU busca atuar valorizando a prevenção e os meios pacíficos de solução de controvérsias, enfatizando a responsabilidade dos Estados em promover a segurança de seus nacionais. O uso da força passa a ser exceção e os países devem observar a obrigação de que as ações militares realizadas não causem danos maiores do que os que se busca evitar, considerando a importância da proporcionalidade e dos limites para seu uso, além da necessidade de monitoramento e avaliação da execução das resoluções (SANDOZ, 1992; VIOTTI; KAUPPI, 2013).

Essas OPaz não podem ser classificadas como parte da diplomacia tradicional entre Estados, uma vez que estão, em última instância, sob a égide e coordenação da ONU (WATSON, 1982). No entanto, alguns de seus Estados membros acabam utilizando seus nacionais cedidos para essas operações de modo a atingir objetivo de suas próprias agendas de política externa (BRANCO, 2015). Seja por meio de seus funcionários civis ou por meio de seus contingentes militares cedidos à ONU, estes Estados acabam causando conflitos de interesse entre o cumprimento da missão e a busca por algum anseio de sua própria agenda internacional (BRANCO, 2015).

No caso do Sudão do Sul, que é o país mais jovem do mundo, tendo apenas 10 anos de independência e, desde então, está mergulhado em uma intensa guerra civil, a ONU, por meio da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), tenta restabelecer a paz e a segurança no território sul-sudanês. Entretanto, devido aos interesses geopolíticos conflitantes, os próprios Estados que enviam ajuda humanitária para o Sudão do Sul por meio da UNMISS têm contribuído para os resultados negativos. Posto isso, ao considerar a multiplicidade de atores envolvidos em uma OPaz da ONU e os mais variados desafios entre uma missão específica e outra, para fins de delimitação, o nosso objeto de estudo terá como foco o papel do contingente militar da ONU na UNMISS.

Se por um lado, é possível observar que os contingentes militares da ONU têm demonstrado ao longo dos anos sua capacidade de atuar como força de apoio para manter a paz e promover uma solução pacífica no momento do conflito, por outro lado, esses militares podem atuar em determinado contexto com o objetivo de apoiar a agenda externa do seu próprio país, por meio da diplomacia militar (NAJIMDEEM, 2020). Com isso, novos desafios são impostos as OPaz, ao levar em consideração a multiplicidade de interesses conflitantes no seu dia a dia, de modo que este artigo busca identificar como alguns Estados utilizam a sua diplomacia militar para atingir seus objetivos nacionais no Sudão do Sul, por meio de seus militares.

Na literatura sobre este tema é possível encontrar autores ressaltando que essa ajuda às OPaz da ONU se dá pela questão da compensação econômica, especialmente no que diz respeito aos países em desenvolvimento (BOVE; ELIA, 2011; GAILBULLOEV et al., 2015; BOUTTON; D'ORAZIO, 2019). Outros autores refutam essa possibilidade, argumentando que a compensação financeira, por si só, não é suficiente e não explica adequadamente o envolvimento dos estados em uma operação de paz, exigindo o estudo de outras motivações (COLEMAN; NYBLADE, 2018).

Este artigo parte do debate feito por Neack (1995), em que foi identificado que os Estados enviam ajuda militar para a OPaz com base em interesses geopolíticos ou regionais. Porém também se difere de abordagens que analisam os interesses nacionais dos membros do CSNU, no momento das tratativas iniciais, para intervir ou não em um conflito, ainda dentro da sede da ONU (BEARDSLEY; SCHMIDT, 2011; ALLEN; YUEN, 2020). Nesses artigos, os autores identificam

que os interesses nacionais dos cinco membros permanentes do CSNU podem ser uma variável interessante para tentar entender as escolhas da organização quanto à intervenção em determinado conflito em detrimento de outro. Busca-se outra abordagem, ao verificar a existência dos interesses nacionais dentro do campo de atuação da UNMISS, abordando essa prática no contexto da missão, por meio de exemplos empíricos.

Pretende-se avançar além do que foi abordado por Winckler (2015), que identifica que o trabalho do funcionário de campo da ONU em desacordo com o que havia sido delineado por seus superiores, na burocracia da organização, pode ser benéfico para a OPaz, ao mesmo tempo que possibilita a adaptação dos objetivos da missão às necessidades locais observadas no terreno. Pretende-se abordar situações em que essa incompatibilidade de atuação se deve ao fato de certos militares priorizarem suas agendas nacionais em detrimento dos interesses comunitários.

Em geral nossa contribuição será identificar como a atuação desses militares da UNMISS difere dos objetivos iniciais da OPaz, apresentando a sobreposição do interesse nacional em relação ao interesse comum, criando obstáculos ao cumprimento da missão. Assim, será apresentado o modo como um Estado usa seus militares cedidos à ONU para atingir seus objetivos internacionais dentro do contexto específico da UNMISS por meio da diplomacia militar, sob uma ótica realista (MEARSHEIMER, 1994).

A metodologia da pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa para elucidar e aprofundar a compreensão da dinâmica interna da ONU e, conseqüentemente, da estruturação e divisão das posições militares nas operações. O método de estudo de caso, sob a perspectiva de Yin (2018), também possibilitou a adoção de um caso único ao se deparar com um evento extremo ou peculiar. A opção pela UNMISS como estudo de caso decorre da singularidade dos eventos apontados neste artigo, aliados à dinâmica de concepção desta no contexto da ONU. Desta forma, ainda, sugere-se que as conclusões apresentadas sirvam de teoria levantada para posteriormente confrontar-se a outras missões de paz conduzindo ao que Yin denomina como generalização analítica, através do mecanismo de repetição conhecido como replicação

A escolha por este caso também se justifica devido ao processo incomum de estruturação da UNMISS, sendo concebida dentro de um cenário promissor de paz, uma vez que desde a assinatura do Tratado de Naivasha em 2005 até o referendo de independência em 2011, este país gozava de relativa estabilidade política. Somado a isso, a ONU ainda objetivava estabelecer as condições para o desenvolvimento da República do Sudão do Sul, com vistas a fortalecer a capacidade do governo sul-sudanês de governar de forma efetiva e democrática, de acordo com a resolução 1996 do CSNU (ONU, 2011). Este período de estabilidade política somado às perspectivas de construção de uma nova nação conduziu a duas importantes dinâmicas essenciais ao debate deste artigo: a primeira delas relativa à configuração de uma missão de paz multidimensional concebida com uma estrutura voltada para o *peacebuilding* e a segunda referente a aproximação de diversas nações à missão de paz para, através desta, buscar oportunidades de construir e/ou resguardar seus interesses nacionais.

Duas técnicas de geração de dados foram utilizadas: a pesquisa documental e a observação participante não estruturada. Para a primeira, as fontes primárias usadas foram documentos da ONU e da UNMISS (como manuais, protocolos, memorandos, diretivas e relatórios), além de documentos do governo nacional do Sudão do Sul coletados pelos autores. As fontes secundárias foram livros de autores relevantes no campo das Relações Internacionais e artigos de revistas acadêmicas com foco na dinâmica da ONU e no desenvolvimento do Sudão do Sul.

Para a segunda, a participação direta de um dos autores no local do evento investigado, nos anos de 2015 e 2016 em Juba, capital do Sudão do Sul, possibilitou maior profundidade no estudo de caso desta pesquisa (ABIB; HOPPEN; HAYASHI, 2013). Ressalta-se aqui que essa técnica foi utilizada não apenas para gerar dados, como ocorre com frequência, mas também para embasar a sua interpretação apoiando as suposições iniciais, favorecendo a discussão dos dados e contribuindo para a interpretação dos resultados sobre o fenômeno (ANGROSINO, 2009).

Ademais, este artigo trata de dinâmicas não expressas, abordando a perspectiva de como os militares, inseridos no contexto das OPaz, atuam no campo diplomático em favor dos interesses nacionais de seus países, por meio da arquitetura criada para isso por suas nações e pela ONU. Para isso, concentramos nossa análise no comportamento dos militares em missões individuais que constituem, especificamente neste grupo, os oficiais de estado-maior nos níveis do quartel general da UNMISS, nos setores e os oficiais de ligação (Observadores Militares no contexto das missões multidimensionais).

Em termos epistemológicos, insere-se no paradigma estratégico-realista, que busca, do ponto de vista da produção do conhecimento científico, estabelecer generalizações sobre a forma como o poder militar é convertido em poder político, a partir da observação do comportamento dos atores em suas interações e intenções estratégicas (SCHELLING, 2011). Dentro do objeto de estudo, isso possibilitará ter como base o estudo de caso do Sudão do Sul para apresentar formas de reduzir e/ou mitigar esses efeitos da diplomacia militar no sistema ONU.

Dito isso, a questão norteadora deste artigo é: "Como a diplomacia militar, realizada pelos militares cedidos à UNMISS, influencia na eficácia desta missão com base no interesse nacional de seus países?". Esta análise aborda o uso da diplomacia militar sob um aspecto pouco convencional ao normalmente apresentado nas análises e estudos sobre este tipo de diplomacia (EDMONDS, 1998; SACHAR, 2003; COTTEY; FOSTER, 2004; MATSUDA, 2006; MUTHANNA, 2011; PATJINKA, 2016).

Além desta introdução, o artigo ainda será dividido em mais 3 seções que orientam o debate conceitual e teórico, o processo diplomático militar no sistema ONU e o caso do Sudão do Sul com as evidências empíricas deste artigo. Por fim, cabe ressaltar que devido à complexidade do tema e à constante atualização deste estudo de caso, este artigo não é um fim em si mesmo, sendo, na verdade, uma contribuição para o campo de estudos sobre política externa, defesa, diplomacia militar e OPaz da ONU. Do mesmo modo, a pesquisa aqui realizada não é uma crítica específica à ONU, à um dos Estados mencionados na pesquisa ou a quaisquer Arranjos Regionais (AR). Antes, é uma postulação para pensar sobre os fenômenos das relações internacionais que são realidades no Sudão do Sul e podem ser realidades a serem investigadas em outras OPaz em pesquisas futuras.

Diplomacia militar: um debate conceitual sobre a atividade diplomática

Diplomacia é o processo de diálogo e negociação pelo qual os Estados, em um sistema, conduzem suas relações e perseguem seus objetivos por outros meios que não a guerra (WATSON, 1982). A partir do diálogo entre Estados independentes, a diplomacia torna-se um instrumento de comunicação e negociação, podendo conciliar a afirmação de interesses políticos de diferentes entidades, por meio da mediação de conflitos de interesses entre elas (WATSON, 1982). Essa atividade pode ser descrita, em um contexto mais restrito, como a condução das relações internacionais entre Estados e outras entidades que atuam na política mundial, por meios pacíficos, por meio de pessoas que são classificadas como seus agentes diplomáticos (BULL, 1995).

No caso dos Estados, as negociações diplomáticas estão tradicionalmente subordinadas a um Ministério das Relações Exteriores (MRE) ou a uma instituição com atividades semelhantes na esfera nacional. No entanto, como a diplomacia cobre atualmente toda a gama de problemas gerados pelas sociedades modernas, a partir de demandas de diversas áreas internacionais, têm-se exigido uma visão menos generalista dos problemas globais, com a contratação de recursos humanos capazes de se dedicar às políticas específicas a serem realizadas (HOLSTI, 2004; SILVA, 2017).

Assim, os agentes diplomáticos delegam as suas ações em alguns casos a outros agentes do Estado para tratar do relacionamento com os seus pares internacionais (WATSON, 1982; SILVA, 2014). É o caso da diplomacia militar, em que militares de um determinado Estado se envolvem em interações com militares estrangeiros, atuando com base no interesse nacional e em apoio à política externa de seus países (LANDIM, 2014). Assim como os diplomatas, os militares também atuam como legítimos representantes das sociedades a que pertencem, resultando na complementaridade da

diplomacia pela diplomacia militar, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério das Relações Exteriores. (ARON, 2002; SACHAR, 2003).

O conceito de diplomacia militar pode ser estranho porque o militar é tradicionalmente associado ao conflito e ao uso da força, enquanto a diplomacia é definida como a arte de conduzir relacionamentos para obter ganhos sem conflito (MUTHANNA, 2011). No entanto, a diplomacia militar se desenvolveu ao longo do tempo, segundo Göran Swistek, como "um amplo conjunto de ferramentas voltadas para questões como a criação de entendimento, construção de confiança mútua e a influência de outras autoridades" (2012, p. 82). Essa visão da diplomacia militar, bem como as perspectivas já apontadas por Clausewitz (1984), Hobbes (2003), Schmitt (2007) e Kissinger (1994) destacam que as ações nos campos político e militar não são temporariamente separadas como alguns insistem em interpretar.

A diplomacia militar surgiu como parte da diplomacia europeia do século XIX e inicialmente pretendia se concentrar apenas na área sensível da segurança e do uso da força (SWISTEK, 2012). Atualmente, esta é uma atividade em tempos de paz, marcada pela cooperação entre aliados e outros países estrangeiros, e utilizada como uma ferramenta para promover políticas externas e de segurança modernas em países em processo de transição pós-conflito para sociedades democráticas, como a criação de estabilidade e construção de parcerias (SWISTEK, 2012).

O conceito de diplomacia militar revisitado na literatura atual varia de abordagens mais amplas a percepções mais rígidas sobre o uso dessa ferramenta da diplomacia de Estado. Matsuda (2006), em uma breve análise de documentos chineses, conceitua essa atividade como ação diplomática relacionada à segurança nacional e atividades militares diplomáticas. Os documentos chineses analisados por Allen, Chen e Saunders (2017, p. 8), definem diplomacia militar nos seguintes termos:

relações externas relacionadas a assuntos militares e afins entre países e grupos de países, incluindo intercâmbio de militares, negociações militares, negociações de controle de armas, ajuda militar, cooperação em inteligência militar, cooperação em tecnologia militar, manutenção da paz internacional, atividades de alianças militares etc. A diplomacia militar é um componente importante das relações exteriores de um país.

Edmonds (1998) definiu a diplomacia militar como o uso das Forças Armadas em sentido contrário ao combate, com o intuito de atingir os objetivos estatais no exterior. Muthanna (2011) aponta essa atividade como o uso pacífico dos militares na diplomacia, como instrumento da política externa nacional.

Outros teóricos como Cottey e Forster (2004) conectam a definição de diplomacia militar ao conceito de diplomacia de defesa criando uma percepção de sobreposição, onde eles definem diplomacia de defesa como o uso cooperativo em tempo de paz das Forças Armadas e infraestrutura relacionada (principalmente ministérios de defesa) como ferramenta de política externa e de segurança. Na mesma linha, Sutor (2005) afirma que a diplomacia militar é a atividade do Ministério da Defesa Nacional na esfera da segurança e defesa do Estado no cenário internacional. Esses conceitos, sem dúvida, derivam do conceito de defesa como aspecto estritamente militar, por meio do qual a diplomacia militar se insere na diplomacia de defesa.

Utilizaremos a definição de Patjinka (2016) sobre a diplomacia militar por entender que ela cobre detalhadamente as diversas nuances do termo, principalmente no que se refere a seus atores, natureza da atividade e objetivos de política externa. Esse autor conceitua a diplomacia militar como sendo:

O conjunto de atividades desenvolvidas principalmente por representantes de órgãos de defesa do Estado, bem como de outras instituições do Estado, que visam a prossecução dos interesses da política externa do Estado no domínio da política de segurança e defesa e cuja atuação se baseia na utilização de negociações e outros instrumentos diplomáticos (PATJINKA, 2016, p. 184).

Nesse contexto, embora a ONU tenha adquirido personalidade jurídica e competência a partir de seu tratado fundador e gradativamente tenha ganhado relativa autonomia no cenário internacional, ainda é possível observar sob a ótica do realismo, que ela acaba prolongando e catalisando os jogos de poder e as estratégias de política externa dos seus

diversos estados membros (MEARSHEIMER, 1994; GROULIER; TORDJMAN, 2019). Assim, ainda que indiretamente, essas instituições tornam-se em meios onde o Estado busca manter o seu poder frente aos outros Estados ou mesmo aumentá-lo (MEARSHEIMER, 1994).

Desse modo, a ONU acaba se tornando uma arena onde as relações de poder existentes no sistema internacional são representadas (EVANS; WILSON, 1992; MEARSHEIMER, 1994). Frente a isso, a própria diplomacia e a diplomacia militar dos Estados passam por uma expansão para além da relação Estado-Estado, refletindo na atuação de seus nacionais dentro da arquitetura proporcionada pela ONU (MEARSHEIMER, 1994). Essa ampliação teórica será desenvolvida no caso dos militares que buscam os objetivos de suas políticas externas nacionais dentro do cotidiano da UNMISS no Sudão do Sul.

Para além disso, a existência dos AR no contexto da ONU também apresenta um ator capaz de influenciar uma determinada conjuntura, especialmente no que tange às Missões de Paz (BOUTROS-GHALI, 1992). Segundo o documento “Uma agenda para a paz” de 1992, esses AR seriam:

Organizações baseadas na realidade, criadas antes ou depois da fundação das Nações Unidas, organizações regionais para segurança e defesa mútua, organizações para o desenvolvimento regional geral ou para a cooperação em um tópico ou função econômica específica, e grupos criados para lidar com uma questão política, econômica ou social específica de preocupação atual (BOUTROS-GHALI, 1992, Tradução nossa).

De acordo com o documento “Capstone Doctrine”, esses AR implicariam na presença de atores regionais como parceiros da ONU no dia a dia das missões, de modo a suprir a deficiência que os componentes das Nações Unidas tinham no nível estratégico (ONU, 2008a). Essa perspectiva solidificou-se a partir da elaboração do documento conhecido como “New Horizon” pelo *Department of Peacekeeping Operations (DPKO)* e pelo *Department of Field Support (DFS)* em que esses AR foram reconhecidos como um fator fundamental ao sucesso da Operação de Paz (ONU, 2009a).

Diversos outros documentos também abordam a discussão acerca da presença dos AR no contexto das OPaz como, por exemplo, o “Suplemento para a Paz” de 1995, o “Relatório Brahimi” de 2000, o “Painel de alto nível sobre ameaças, desafios e mudanças” de 2004 e o “Em maior liberdade: rumo ao desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos” de 2005, dentre outros. Ainda que esses relatórios apresentem a importância dos AR, poucos deles discutiram ou mesmo apresentaram a questão das agendas nacionais e/ou regionais que poderiam estar presentes por detrás de sua atuação, de modo a minimizar ou neutralizar os impactos que poderiam existir dentro do processo de solução do conflito.

Posto isso e detalhados os nuances acerca de como os Estados podem atingir seus objetivos de política externa com base na atividade da diplomacia militar, na próxima seção será detalhado o processo de nomeação de militares para os cargos diplomáticos dentro das Missões de OPaz da ONU. Com isso, será possível compreender as dinâmicas dentro da ONU e a consequente busca pelos Estados por posições militares de seu interesse, facilitando o entendimento desses processos na seção empírica ao final deste artigo.

Relações de poder no sistema ONU: a distribuição dos cargos militares em uma Operação de Paz

O estudo da diplomacia militar como modo de um determinado Estado atingir os seus próprios objetivos dentro da UNMISS, ainda que indiretamente, estende-se às relações de poder no sistema ONU, devido ao sistema de distribuição dos diversos cargos militares para as OPaz. Este artigo toma a definição proposta por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1998) para o conceito de poder, por considerar que essa vai ao encontro da discussão proposta.

Esta seção aborda a instrumentalização da diplomacia militar no contexto da ONU, buscando entender a presença militar na estrutura das Nações Unidas desde o emprego formal de tropas em missões autorizadas pelo CSNU até a presença nas estruturas de tomada de decisões em Nova York. Essa discussão também aborda as relações de poder

no próprio sistema ONU, que, em última análise, proporcionará aos Estados a posição militar que eles buscam na OPaz, de acordo com as condições necessárias para desenvolver suas próprias agendas externas.

Proposta por Bobbio, Matteucci e Pasquino o poder é entendido como “a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos” (1998, p. 943). Dentro do sistema ONU, a capacidade de um Estado pleitear determinado cargo militar dentro de uma OPaz possibilita a este um instrumento para atingir determinado objetivo de sua política externa. Assim, durante o processo de distribuição das posições militares para uma determinada OPaz, os Estados buscam produzir efeitos que atendam a seus interesses nacionais, a fim de atingir seus objetivos no dia a dia da missão.

Atualmente, oficiais militares de diversas nações ocupam cargos diplomáticos, os quais têm poder de influenciar as decisões dentro da ONU, ou mesmo a operacionalização destas. Não só isso, mas a natural militarização dos Estados que recebem missões da ONU, em vista dos conflitos em curso, é um aspecto político a ser considerado quando analisadas as presenças militares nas estruturas de comando das missões, sendo fundamental pensar a geopolítica internacional quando analisamos estas missões, para além da mera contribuição necessária ao instrumento internacional e a promoção da paz.

Embora entendamos que os oficiais que trabalham na sede da ONU têm a capacidade de atuar em altos níveis de tomada de decisão, esta seção se concentrará principalmente nas funções individuais dentro das missões. O artigo busca apontar como o processo de designação para esses cargos está altamente alinhado com as agendas diplomáticas de determinados Estados e como a ONU fica refém de percepções e objetivos nacionais que, não necessariamente, estão em linha com sua visão institucional. A designação de certos países para funções-chave da missão acaba refletindo a expansão dos conflitos de interesse internacionais sobre o dia a dia das relações existentes dentro das OPaz, sendo possível observar oficiais militares trazendo agendas individuais nacionais para o campo da missão.

Podemos definir três grupos dentro do componente militar: o primeiro grupo refere-se às unidades militares constituídas como tropa; o segundo grupo corresponde aos militares classificados como peritos militares, os quais compreendem os Observadores Militares da ONU (UNMOs), Oficiais de Ligação Militar da ONU (MLOs) ou Conselheiros Militares da ONU (MILADs) e o terceiro e último grupo trata dos comandantes e oficiais de Estado-Maior (a exceção dos inseridos nas tropas constituídas) que seguem um processo de designação semelhante aos peritos, cada categoria regulada por norma específica (ONU, 2008b, 2009b, 2010).

O último grupo é formado por militares designados de modo individual para ocupar cargos nos níveis setoriais e nacionais da OPaz, diretamente ligados aos processos de planejamento, onde tais funções podem se revestir de alto grau de articulação política, como as funções de Comandante Militar da Força (FC) e de Setores até articuladores táticos como os oficiais de operações dos setores.

Cabe apontar que os contingentes militares têm pouca capacidade de articulação, sendo raros os batalhões que conseguem impor algumas das agendas dos seus respectivos países. No entanto, eles são usados como ferramentas por oficiais em posições de comando nos níveis setorial e nacional para ajudar em suas agendas. Assim, o artigo restringir-se-á ao processo de seleção de peritos militares, principalmente nos cargos de comandantes e oficiais do Estado-Maior, cujas funções possibilitem a prossecução dos objetivos nacionais no âmbito das OPaz.

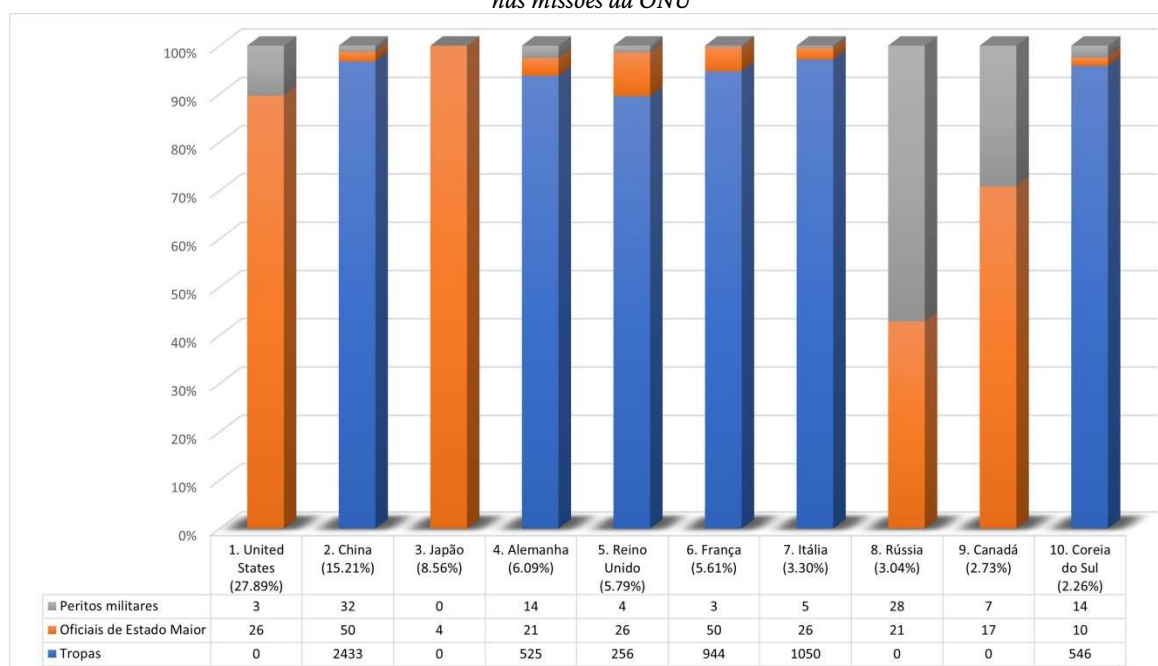
O primeiro passo para uma compreensão efetiva do modo como as agendas nacionais se configuram no processo de seleção de militares para os diversos cargos nas OPaz pode ser observado na indicação para a ocupação dos cargos nas missões multidimensionais. Funções-chave com alta capacidade de influenciar políticas e estratégias em missões são geralmente ocupadas por países que possuem interesse na região e são grandes contribuintes (financeiros ou de pessoal).

É comum que países pouco expressivos como financiadores no sistema ONU recebam apenas cargos secundários, ou quando, de chefia, sejam estes em áreas inexpressivas politicamente naquele determinado território. Além destes, encontramos outra categoria de países que são os grandes contribuintes de tropa; este grupo consegue

exercer, ainda que em menor intensidade, certa influência, dada a necessidade que a ONU possui de militares para a composição do efetivo militar em suas missões.

O gráfico 1 apresenta os 10 maiores contribuintes financeiros das Missões de Paz, sendo possível observar que os Estados Unidos (EUA), Japão, Rússia e Canadá não possuem nenhuma tropa empregada, todavia possuem um número considerável de peritos militares e oficiais de Estado-Maior. Ainda se excluirmos a Força Marítima das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), Itália e França passam a ser incluídas no rol acima. Se retirados os contingentes hospitalares, de engenharia e de apoio ao combate; Alemanha, Coreia do Sul e Reino Unido passariam também a ocupar semelhante posição. Deste modo, apenas a China possui um batalhão voltado para o emprego direto nas ações operacionais, o que na verdade apenas reflete a dinâmica política chinesa no que tange a UNMISS.

Gráfico 1 - Os 10 maiores contribuintes financeiros para as OPaz das Nações Unidas e as modalidades de presença militar nas missões da ONU

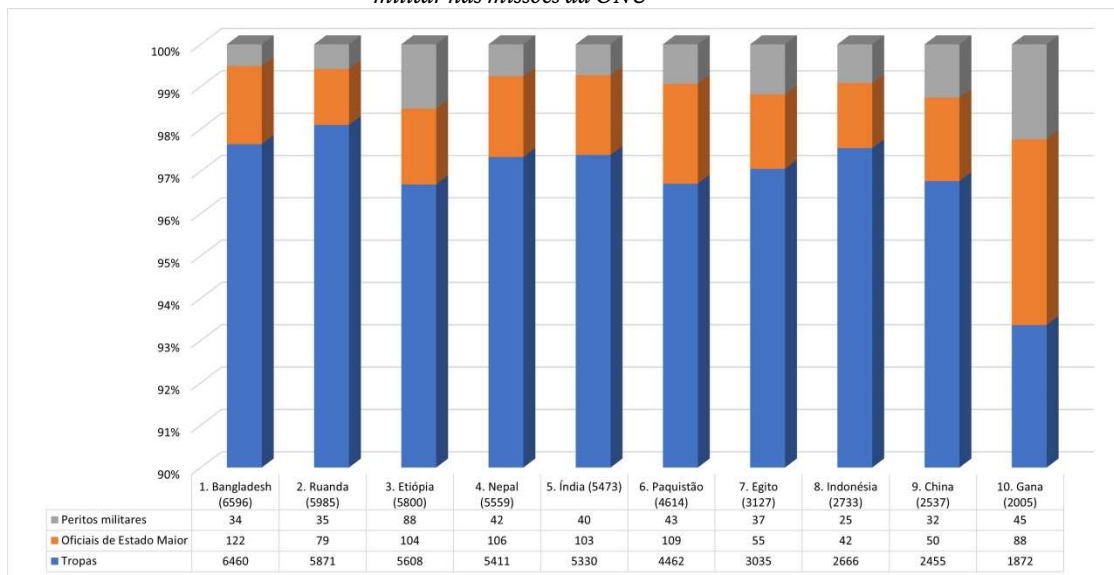


Fonte: Preparado pelos autores com base em dados coletados nos seguintes documentos, A / 73/350 / Add.1 (ONU, 2019) e Contributors to UN Peacekeeping Operations by Country and Post Police, UN Military Experts on Mission, Staff Officers and Troops (ONU, 2020).

Esta breve análise dos principais contribuintes financeiros confirma a clara intenção desses países de não se envolverem diretamente em conflitos. Por outro lado, o elevado número de peritos e oficiais do estado-maior demonstra os seus interesses a nível estratégico e político no contexto das OPaz. Surge então a questão natural de porque esses países estão preocupados em se envolver nos níveis de tomada de decisão, se eles não se esforçam para aprovar as contribuições de contingentes de tropas para as missões da ONU. A resposta passa pela necessidade de influenciar o processo e a dinâmica geopolítica através de postos que exerçam tal ação sem, no entanto, empenhar sua força militar, uma vez que sua intenção está voltada para suas agendas nacionais e não, necessariamente, para a promoção da paz nos países hospedeiros das OPaz.

Em complemento a isso encontramos os Estados que são grandes contribuintes de tropas, que relativamente exercem seu poder de influenciar as agendas nacionais por meio de posições específicas nas operações da ONU. Estes conseguem ocupar cargos a nível de decisão não pelo apoio financeiro, mas pela presença efetiva de tropas que, se ausentes, inviabilizariam muitas das missões em atividade da ONU. O gráfico 2 demonstra como os 10 maiores contribuintes de tropas ocupam os cargos de especialistas militares e funcionários de missões da ONU.

Gráfico 2 - Os 10 países que mais contribuem com tropas para as OPaz das Nações Unidas e as modalidades de presença militar nas missões da ONU



Fonte: Preparado pelos autores com base em dados coletados nos seguintes documentos, A / 73/350 / Add.1 (ONU, 2019) e Contributors to UN Peacekeeping Operations by Country and Post Police, UN Military Experts on Mission, Staff Officers and Troops (ONU, 2020).

Este gráfico mostra que a presença percentual de especialistas militares e oficiais do Estado-Maior, mesmo para os maiores contribuintes de tropas, raramente excede 5% do total de tropas. E, ainda assim, diversas vezes constituem cargos secundários de menor poder de articulação, o que reforça a tese de que os países mais ricos tendem a concentrar seus esforços na ocupação de funções como Chefe da célula de Planejamento, Chefe da célula de Operações, Chefe dos Observadores Militares, Chefe da célula de Informações e Subchefe do Centro de Operações Conjuntas.

Para tanto, é necessário identificar como ocorre esse processo entre o Departamento de Operações de Paz (DPO), as missões da ONU em campo e as representações dos países na ONU, conhecidas como Missões Permanentes junto à ONU. Compreender o processo de seleção dos países para a condução das funções militares nas missões sob a égide da ONU, o modo através do qual os países se candidatam e por fim como o DPO decide qual país ocupará cada cargo na missão faz parte da criação de um escopo base para entender os reflexos nos contingentes desdobrados nas missões de paz.

Essa dinâmica começa com a candidatura de países com interesses políticos a cargos que tragam benefícios da articulação geopolítica. O DPO, por sua vez, equilibra essas posições numericamente, mas não qualitativamente. Consequentemente, alguns países apresentam números absolutos consistentes, porém, quando se avaliam os cargos de modo qualitativo, observa-se que se trata, em sua quase totalidade, de cargos estratégicos em missões de interesse nacional. Devido a essas intenções políticas nas ações de militares de alguns Estados, Laura Neack (1995, p. 182) afirma que esses soldados “têm a bênção do CSNU, mas as tropas desdobradas não usam o capacete azul da ONU”, referindo-se a essa disparidade entre o interesse nacional e o interesse comunitário.

Diante disso, o papel da diplomacia militar desses Estados na busca de seus interesses nacionais no âmbito da UNMISS será abordado na seção seguinte através de evidências empíricas coletadas pelos autores durante o período de 2015 a 2016; espera-se apresentar esta atividade diplomática no contexto sul-sudanês evidenciando os desafios postos à eficácia desta OPaz, pelos interesses nacionais de alguns estados contribuintes.

Os interesses nacionais no contexto da UNMISS: a diplomacia militar dos Estados contribuintes na Operação de Paz no Sudão do Sul (2015-2016)

As evidências empíricas apresentadas neste artigo no período de 2015 a 2016, permitem constatar que a política do DPO de privilegiar os dirigentes regionais para a inserção de tropas em OPaz, bem como o processo seletivo

para determinadas posições, conduziu a desvios dos objetivos primários da missão e/ou a ajustes nas condições em que decisões foram adotadas desvinculadas do objetivo primário da OPaz. Com isso será apresentado como alguns países atuaram em busca dos seus próprios interesses a partir do estabelecimento da UNMISS, no Sudão do Sul.

Nesse contexto, insere-se o processo de desdobramento do Batalhão da Força de Paz da China (CHNBATT) no Sudão do Sul. O Sudão do Sul é um país onde há forte presença chinesa, seja por meio dos capitais investidos, seja por meio da população que migrou para trabalhar nos serviços de atenção primária, como hospitais, ou mesmo na principal atividade comercial do Sudão do Sul, que é a extração de petróleo (KUMARI, 2018; MAIA, FERABOLLI, 2020).

A condição fronteiriça do Sudão do Sul com a Etiópia, possibilita a futura extensão do projeto chinês da Rota da Seda (*One Belt One Road*) no sentido da interiorização deste no continente africano, por meio do território sul-sudanês. Com um dos seus pontos de apoio na África no porto de Doraleh (Djibouti), a China conseguiria promover a integração da sua estratégia de desenvolvimento da rota da seda marítima do século XXI com o território do Sudão do Sul, reduzindo a distância a este grande mercado e tendo acesso ao suprimento de petróleo para as suas atividades comerciais (PAUTASSO, 2016).

Com isso, a China empreendeu uma forte campanha para que seu batalhão fosse desdobrado na cidade de Malakal, tendo em vista que esta está estrategicamente posicionada à presença massiva de chineses ligados à indústria petrolífera do Sudão do Sul no *Upper Nile State*, através da *China National Petroleum Corporations* (CNPC), que opera os consórcios *Dar Petroleum Operating Company* (DPOC) e *Greater Petroleum Operating Company* (GPOC), que atualmente produzem todo o petróleo do país que, quase integralmente, é exportado para a China (MAIA; FERABOLLI, 2020). Nesse sentido, é preciso ter em mente que os conflitos no Sudão do Sul reduziram a produção de petróleo no país em cerca de um terço, prejudicando os interesses chineses (KUMARI, 2018).

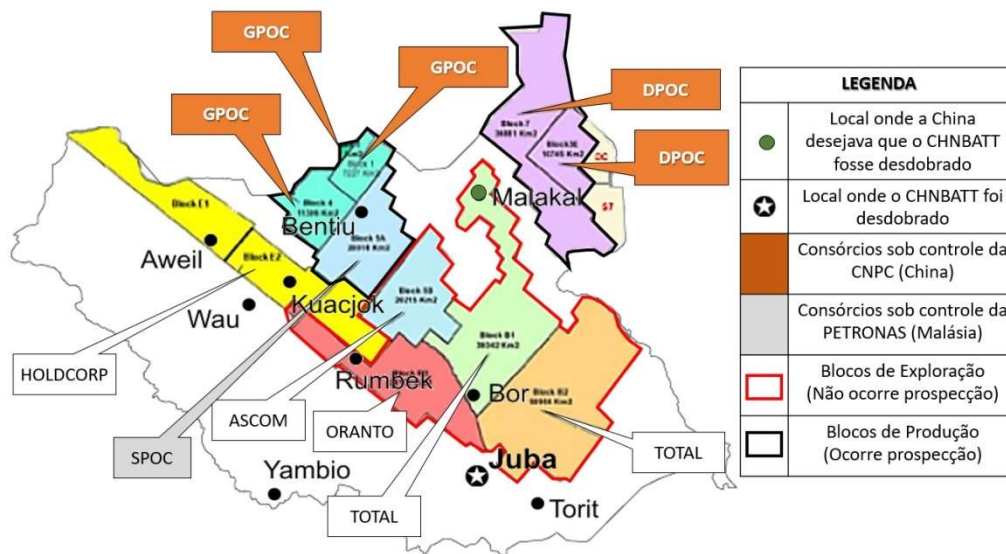
É relevante destacar que a Célula de Planejamento (U5) e a Célula de Operações (U3) são as responsáveis por assessorar o DPO nas questões relativas ao posicionamento de tropas e batalhões (MUNSON, 2015). Cabia, portanto, ao componente militar da missão aconselhar o DPO sobre a localização mais eficaz para o desdobramento do batalhão chinês. Com base na análise de segurança realizada pela célula de operações, o local de maior insegurança humana era o *Unity State* (BELLAL, 2015), estado nem mesmo considerado para implantação. Na direção oposta, a célula de planejamento (cuja chefia e as principais funções eram ocupadas por oficiais norte-americanos), sem consulta à célula de operações e em coordenação com a Unidade de Planejamento Estratégico (UPE), setor civil com função semelhante ao U5 ao nível de assessoria do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para o Sudão do Sul insistiu no desdobramento em Juba.

A decisão de desdobrar em Juba colocaria o CHNBATT mais perto do monitoramento dos EUA e longe do principal núcleo econômico-industrial chinês no Sudão do Sul, o CNPC, instalado na região de Malakal. As autoridades chinesas vincularam suas implantações à necessidade de proteger os cidadãos do país e os investimentos na África em conversas com funcionários da ONU (PARELLO-PLESNER; DÛCHATEL, 2015). Entretanto, apesar da forte pressão chinesa, por meio de sua embaixada em Juba, e da situação crítica de segurança no *Upper Nile State*, que poderia justificar o desdobramento em Malakal, o movimento norte-americano se consolidou e a unidade militar chinesa iniciou sua alocação na capital. Cabe ressaltar que o interesse americano no Sudão do Sul vem desde o processo de independência deste país, sendo inclusive um dos temas de campanha do então senador Barack Obama em sua campanha presidencial em 2011/2012 (SIMON, 2014). O êxito da posição norte-americana em detrimento da posição chinesa representaria a vitória de um projeto democrático, bem como a ampliação da área de influência dos EUA na África, ao liderar o processo de paz no Sudão do Sul (ESTADOS UNIDOS, 2014).

Após esses acontecimentos, a China expressou seu desagrado construindo as instalações do CHNBATT dentro de uma das bases da ONU, na capital, com uma estrutura efetivamente segregadora. O muro de cerca de 30 metros, os vários sistemas de vigilância, guardas e os inúmeros protocolos de acesso apontavam claramente para o

descontentamento de Pequim com a decisão da UNMISS e, conseqüentemente, da ONU. A Figura 1 ilustra o que foi apresentado sobre o processo de implantação do CHNBATT.

Figura 1 - Distribuição espacial dos campos de petróleo (exploração e produção)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados coletados no Ministério do Petróleo do Sudão do Sul (2020)

Outro episódio envolvendo a China com claro predomínio das agendas nacionais de militares de alto escalão do componente militar da UNMISS foi relatado pelo Painel de Peritos no Sudão do Sul, estabelecido de acordo com a resolução 2206 do Conselho de Segurança (ONU, 2015a). O Painel de Peritos obteve evidências da presença no Sudão do Sul de pelo menos quatro helicópteros militares Mi-24, usados em um papel de apoio de ataque pelo *Sudan People's Liberation Army* (SPLA) em combates no *Upper Nile State*. Os dados obtidos na época mostraram um aumento na capacidade por meio de quatro *pods* de lançamento B8V20, capazes de disparar vinte foguetes S-8 não guiados de 80mm (ONU, 2015b).

Esses equipamentos, com valor mínimo de aproximadamente US\$10 milhões, não poderiam ter sido adquiridos em situação normal pelo SPLA, uma vez que a crise econômica e o valor naquele período dificultariam o processo de aquisição internacional. Embora a resolução 2206 do CSNU não tenha aplicado embargo de armas ao Governo do Sudão do Sul, desde o Comunicado da 28ª Sessão Extraordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) em Adis Abeba em 7 de novembro de 2014 (ONU, 2015a), os Estados membros foram orientados a negar o fornecimento de armas e munições e qualquer outro material que possa ser usado na guerra se o Governo do Sudão do Sul e as forças da oposição cometessem qualquer violação ao cessar fogo (ONU, 2015b). Naquela época, o *Joint Mission Analysis Center* (JMAC), órgão responsável por analisar os cenários e perspectivas políticas e estratégicas da missão, havia encontrado evidências de que a China, apesar de reiteradas recomendações contrárias da ONU, havia transferido pouco antes, como ajuda humanitária, recurso financeiro em espécie para o governo do Sudão do Sul, facilitando a compra destes equipamentos

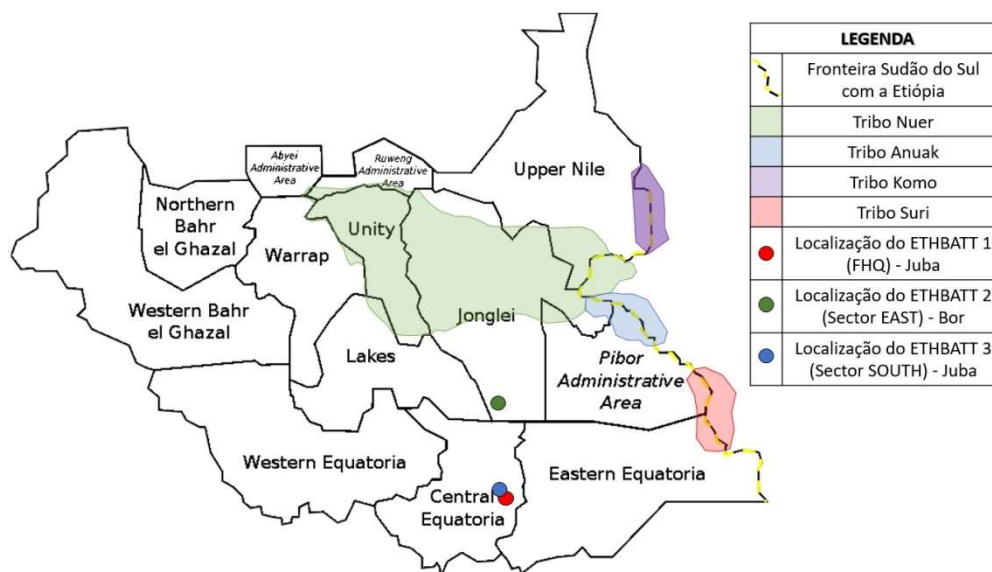
Todavia a necessidade de prosseguir a investigação acerca das fontes que financiaram a aquisição deste material foi paralisada, e por conseguinte, abandonada após suposta pressão do *Deputy Force Commander* (DFC), de origem chinesa, encerrando a investigação relacionada ao acompanhamento da origem dos recursos empregados. O mesmo painel apontou, pouco antes, grande movimentação em relação ao material de emprego militar adquirido da China pelo SPLA. Interessante salientar que a China vinha intercedendo junto ao DPO para assumir a função de DFC, após a saída de um general indiano dessa função, e que a designação para que um militar chinês assumisse esse posto na

missão de paz foi fundamental para a mudança de postura em relação ao caso, beneficiando os chineses no ponto de vista econômico e os interesses chineses de longo prazo no Sudão do Sul (KUMARI, 2018).

Outro exemplo acerca da diplomacia militar na UNMISS envolveu um oficial militar etíope. Durante o período em questão foi possível observar a atuação deste militar em relação ao interesse do seu país na região fronteiriça entre o antigo estado de Jonglei e a Etiópia. O interesse etíope reflete o processo histórico de estabelecimento de fronteiras, devido essa região possuir áreas em que tribos foram divididas entre os países, gerando conflitos étnicos que não respeitam as fronteiras internacionais demarcadas (SCHOMERUS; DE VRIES; VAUGHAN, 2013). O resultado da dinâmica apresentada é a constante violação dos direitos humanos em face das questões intertribais e interclãs (YOSHIDA, 2013). Esse tipo de ato é rotineiramente monitorado pela UNMISS para que o contingente militar possa se articular com o propósito de atuar na redução da violência e, conseqüentemente, impor um status de segurança a grupos que demandam conviver em espaços compartilhados.

No período analisado, diversos casos de violência foram denunciados, exigindo ações específicas ao longo da fronteira com a Etiópia e, mais do que isso, demandando posicionamento político da UNMISS em relação ao país vizinho para obter ações efetivas daquele país. No entanto, foram raros os casos em que os dados reportados pelas tropas da ONU na região chegaram ao processo de tomada de decisão da missão. A liderança militar da UNMISS minimizou os eventos, não os considerando suficientemente importantes para serem reportados nas reuniões de tomada de decisão dos seus dirigentes. Para tal decisão apoiavam-se, como fonte principal, apenas o que era relatado pelo batalhão implantado na região (Figura 2), não por acaso, o Batalhão da Força de Paz da Etiópia (ETHBATT) em contrapartida aos demais relatos de outras tropas e observadores militares.

Figura 2 – Distribuição espacial das tribos e tropas na fronteira entre o Sudão do Sul e a Etiópia



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados coletados no site da UNMISS e www.joshuaproject.net. (2020)

Neste ponto é interessante repensar a discussão sobre os AR, uma vez que a indicação de um FC de origem etíope buscava retomar a perspectiva de fortalecimento dos países no entorno regional como ponto de inflexão para a melhoria dos resultados da missão, inserindo, de modo majoritário, batalhões cuja origem fosse desses mesmos países. No entanto, o que se observou foi uma movimentação de tropas para posições onde sua efetividade ficava reduzida devido às agendas e aos interesses nacionais etíopes, fazendo com que em cerca de 2 anos o ETHBATT se concentrasse no *Central Equatoria e Jonglei State*. Esse fato, não ocorreu apenas da atuação do FC etíope, mas também por força da

influência da Etiópia por meio do IGAD, cuja principal liderança sempre esteve sob o comando etíope, defendendo os interesses desse país nas questões internas no Sudão do Sul (VERJEE, 2017; KUOL, 2018).

Em suma, é fundamental perceber nesta análise que os fatos aqui mencionados são muito mais comuns do que o resumo pontual descrito nas situações abordadas nesta seção. Apontar a presença de agendas nacionais no comportamento dos militares não significa desconsiderar a importância do impacto das ações militares no contexto de graves violações de direitos humanos ou na construção de condições para a paz. No entanto, o que buscamos pontuar neste contexto é uma prática comum no sistema ONU que normalmente é velada pela perspectiva humanista das OPaz, marginalizando a soberania dos Estados receptores de missões da ONU (ALJAZEERA, 2017).

A partir desses exemplos empíricos, foi possível verificar a veracidade do que Neack (1995, p. 192) disse quando apontou que os “Estados estão mantendo o direito de julgar o que é melhor para suas próprias tropas dentro de uma operação de paz”. O estudo realizado aqui sobre a UNMISS amplia e atualiza esta percepção, à medida que esses militares acabam priorizando o interesse nacional de seus Estados em detrimento ao interesse comunitário (NEACK, 1995).

Considerações Finais

Conforme afirmado inicialmente, este artigo buscou evidenciar a presença de agendas nacionais e regionais no processo de condução das missões de paz, por meio da análise de evidências na UNMISS, no Sudão do Sul. Desse modo, essa pesquisa contribui sobre o debate acerca da influência dessas agendas, por meio dos variados tipos de diplomacia e em especial, a diplomacia militar, no que se refere ao campo político-estratégico dessas missões.

Atualmente, desconsiderar a existência dessas agendas confere ao processo decisório dois defeitos fundamentais. O primeiro é a falta de controle sobre as ações dos Estados conexas aos seus interesses nacionais e que possam diretamente prejudicar o desempenho da missão, bem como os resultados pretendidos pela ONU. O segundo refere-se à incapacidade da ONU de alavancar positivamente essas agendas no contexto da missão. Visto que, por serem conduzidas por poucos indivíduos, nenhum trabalho político-estratégico é realizado para verificar o que uma ou mais agendas poderiam proporcionar para a melhoria das condições do país anfitrião. Ao contrário, quaisquer iniciativas positivas são enfraquecidas devido à desconfiança entre países regionais ou mesmo internacionais.

Outro ponto a ser pensado trata dos interesses dos membros permanentes do CSNU abordados neste artigo através dos EUA e da China. O reconhecimento das agendas nacionais destes países de forma clara em relação às missões de paz permite à ONU afastar, desde a origem, ações que não estejam alinhadas com a promoção da paz, bem como corrigir a má utilização dos mecanismos que deveriam atuar pelos princípios previstos na doutrina *Capstone*. Além disso, também poderia ser garantido ou incentivado que outros Estados pudessem atuar para que as decisões tomadas no âmbito das missões de paz sejam revestidas de maior isenção e transparência - condições ideais para a construção da confiabilidade entre a ONU e as partes dos conflitos.

A adoção de estruturas *ad hoc* sob a forma de conselhos temporários para cada missão, poderia servir de instrumento para ampliar a transparência durante o processo de estabelecimento de uma missão de paz, bem como garantir que as tropas empregadas não pertencessem a países que tem interesses diretos na solução e/ou continuidade do conflito. O conselho serviria as atividades de fiscalização, acompanhamento e controle dos efetivos militares empregados em cada uma das missões.

Outro ponto essencial para que a ONU possua tropas isentas disponíveis ao emprego seria a criação de cláusula onde os países se comprometeriam com efetivos profissionais, proporcionais a sua população e ao tamanho de suas Forças Armadas, para serem empregados nas diversas missões multidimensionais. Esta medida, tal como a contribuição financeira, obrigaria países mais desenvolvidos a dispor de seus efetivos militares em campo e não somente utilizar a pressão financeira para conseguir cargos estratégicos e impor suas agendas.

No que se refere à realidade do Sudão do Sul e o papel da UNMISS, os exemplos empíricos possibilitaram observar a presença de agendas nacionais durante a atuação de militares no território sul-sudanês. Os interesses divergentes entre as agendas nacionais que norteiam as ações da presença militar na missão, somados aos desafios inerentes a um país em reconstrução, dificultam ainda mais o cumprimento dos objetivos traçados para a missão de paz. Assim, a correta consideração e valorização desses interesses são necessárias, de modo a reduzir essa dinâmica dentro do contexto da missão.

Para isso, pode-se adotar um novo método de escolha dos militares que exercem determinada função dentro de uma missão de paz, buscando harmonizar os diversos interesses entre os Estados contribuintes e o Estado que receberá a missão. Vale a pena considerar nesta análise que essas agendas nacionais presentes nas missões de paz não estão necessariamente ligadas aos militares. Sua existência no componente militar provavelmente os torna mais fáceis de mapear tendo em vista a estrutura hierárquica existente nesse ambiente. Porém, dificilmente uma agenda poderia ser posta em prática sem a aquiescência de outros nacionais, civis, que ajudam a viabilizar os objetivos daquele país como um todo, na condução de sua política externa - no caso, a partir do processo de responsáveis por posições militares.

O presente artigo trouxe à voga a discussão do papel dos AR e a importância do fortalecimento equilibrado dos mesmos, de modo a apoiar a ONU, além de conduzirem com lisura os processos sem servirem de instrumentos de alguns Estados para operarem suas agendas nacionais através destes. Assim como as agendas nacionais estatais, é preciso conhecer as intenções declaradas ou não dos AR, principalmente ao entender como suas principais lideranças atuam. A desconexão com a realidade, revestida na crença da bondade internacional, aliada ao sensível campo político que sustenta a ONU como organização se torna o principal fator para que as missões não atinjam seus objetivos militares e políticos com mais eficiência.

Em síntese, é fundamental pensar este estudo como um primeiro passo à ampliação de análise, tomando outras missões multidimensionais ou não, para que se proceda uma busca para compreender como atua a diplomacia militar, como braço da diplomacia estatal, em ambientes ainda profundamente dominados pela presença militar em suas estruturas de governo. Compreender a fragilidade do controle civil exercido em diversos países que recebem missões de paz da ONU pode ser um dos elos fundamentais para se pensar a projeção da diplomacia militar como instrumento de promoção de agendas nacionais nestes, possibilitando novas abordagens para a redução da influência estatal por meio desse tipo de diplomacia no âmbito das missões de paz, resultando em um processo de reconstrução estatal mais efetivo e com efeitos mais duradouros.

Para pesquisas futuras, sugere-se o estudo desta ação militar em apoio aos interesses nacionais dos Estados em outras OPaz da ONU. Assim, será possível aprofundar o debate aqui proposto e realizado, contribuindo para o aprimoramento dessas operações no contexto da (re)construção de um país que recebe o apoio das Nações Unidas.

Referências

ABIB, Gustavo; HOPPEN, Norberto; HAYASHI JUNIOR, Paulo. Observação participante em estudos de administração da informação no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v.53, n.6, p.604-616, dez. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0034-759020130608>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

ALJAZEERA. South Sudan rejects 4,000 additional UN peacekeepers. Catar, 2017. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2017/1/11/south-sudan-rejects-4000-additional-un-peacekeepers>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ALLEN, Kenneth W., CHEN, John, SAUNDERS, Phillip Charles. **Chinese military diplomacy, 2003-2016: Trends and implications**. Washington, DC: National Defense University Press, 2017. Disponível em: <<https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratperspective/china/ChinaPerspectives-11.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ALLEN, Susan Hannah; YUEN, Amy T. Action or inaction: United Nations Security Council activity, 1994–2013. **Journal of Peace Research**, v. 57, n. 5, p.658-665, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0022343319900222>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

ANGROSINO, Michel. **Etnografia e observação participante: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman Editora, 2009.

- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- BELLAL, Annyssa, ed. **The war report: armed conflict in 2014**. Oxford University Press, 2015.
- BEARDSLEY, Kyle; SCHMIDT, Holger. Following the Flag or Following the Charter? Examining the Determinants of UN Involvement in International Crises, 1945-20021. **International Studies Quarterly**, v.56, n.1, p.33-49, 3 nov. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-2478.2011.00696.x>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, volume 1, 11ª edição, 1998.
- BOUTROS-GHALI, Boutros. An agenda for peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping. **International Relations**, vol.11, no.3, 1992.
- BOUTTON, Andrew; D’ORAZIO, Vito. Buying blue helmets: The role of foreign aid in the construction of UN peacekeeping missions. **Journal of Peace Research**, v.57, n.2, p.312-328, 20 set. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0022343319865929>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- BOVE, Vincenzo; ELIA, Leandro. Supplying peace: Participation in and troop contribution to peacekeeping missions. **Journal of Peace Research**, v.48, n.6, p.699-714, nov. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0022343311418265>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- BRANCO, Carlos Martins. A participação portuguesa em missões de paz da ONU. **Relações Internacionais**, n.47, p.101-126, 2015.
- BULL, Hedley. **The anarchical society. A study of order in world politics**. New York: Columbia University Press, 2ª edição, 1995.
- CLAUSEWITZ, Carl von; HOWARD, Michael; PARET, Peter and BRODIE, Bernard eds **On War**. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1984.
- COLEMAN, Katharina P.; NYBLADE, Benjamin. Peacekeeping for profit? The scope and limits of ‘mercenary’ UN peacekeeping. **Journal of Peace Research**, v.55, n.6, p.726-741, 25 jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0022343318775784>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- COTTEY, Andrew; FORSTER, Anthony. **Reshaping defence diplomacy: New roles for military cooperation and assistance**. Oxford: Oxford University Press for the International Institute for Strategic Studies, 2004.
- EDMONDS, Martin. **Beyond the horizon: Defence, diplomacy and South Africa's naval opportunities**. South Africa: South African Institute of International Affairs and the Centre for Defence and International Security Studies, 1998.
- ESTADOS UNIDOS. Senators express concern in letter to president Obama over escalating crisis in South Sudan. **Chairman Press**, Washington DC, 2014. Disponível em: <<https://www.foreign.senate.gov/press/chair/release/senators-express-concern-in-letter-to-president-obama-over-escalating-crisis-in-south-sudan->>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- EVANS, Tony; WILSON, Peter. Regime Theory and the English School of International Relations: A Comparison. Millennium. **Journal of International Studies**, Vol.21, No.3, 1992.
- GAIBULLOEV, Khusrav *et al.* Personnel contributions to UN and non-UN peacekeeping missions. **Journal of Peace Research**, v. 52, n. 6, p. 727-742, 11 jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0022343315579245>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- GROULIER, Cédric; TORDJMAN, Simon. Intergovernmental Organizations. *In*: GROULIER, Cédric; TORDJMAN, Simon. **Global Diplomacy**. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 139-153. ISBN 9783030287856. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-28786-3_10>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOLSTI, K. J. **Taming the Sovereigns: Institutional Change in International Politics (Cambridge Studies in International Relations)**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2004.
- JOSHUA PROJECT. Country South Sudan. **Joshua Project**, 2020. Disponível em: <<https://joshuaproject.net/countries/od>>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- JUBILUT, Liliana Lyra. A “responsabilidade de proteger” é uma mudança real para as intervenções humanitárias? **Revista eletrônica de Direito Internacional**, v.2, p.409-449, 2008.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon and Schuster, 1994.
- KUMARI, Mamata. China’s Peacekeeping Operations in Africa. **The Journal of International Issues**, v. 22, n.2 (summer), pp.106-119, 2018. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/48520069>>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- KUOL, Luka. **Navigating the Competing Interests of Regional Actors in South Sudan**. Africa Center for Strategic Studies, Special Report no.4, 2018. Disponível em: <<https://africacenter.org/spotlight/navigating-the-competing-interests-of-regional-actors-in-south-sudan/>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

- LANDIM, Hiarley Gonçalves Cruz. **A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul**. Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro, 2014.
- MAIA, André Valente; FERABOLLI, Sílvia. O petróleo como elo entre o Sudão do Sul e a China. **Monções – Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 9, n. 17, pp. 450-475, 2020. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/12050>>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- MATSUDA, Yasuhiro. **An Essay on China's Military Diplomacy: Examination of Intentions in Foreign Strategy**. NIDS Security Reports, No. 7 (December 2006), pp. 1-40. Japan, 2006.
- MEARSHEIMER, John J. The False Promise of International Institutions. **International Security**, v.19, n.3, 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2539078>>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- MUNSON, Robert B. J-5: Where Hope Was (Often) a Plan. In: MUNSON, Robert B. **Peacekeeping in South Sudan**. New York: Palgrave Macmillan US, 2015. ISBN 9781349505616. Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/97811375018375>>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- MUTHANNA, Kodendera Arjun. Military Diplomacy. **Journal of Defence Studies**, vol 5, n.1. Índia, 2011.
- NAJIMDEEN, Bakare. UN Peacekeeping Operations and Successful Military Diplomacy: A Case Study of Pakistan. **NUST Journal of International Peace and Stability**, 25 jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.37540/njips.v3i1.37>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- NEACK, Laura. UN Peace-Keeping: In the Interest of Community or Self? **Journal of Peace Research**, v. 32, n. 2, p. 181-196, maio 1995. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0022343395032002005>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- NYE, Joseph S. **The Future of Power**. United Kingdom, Public Affairs, 2011.
- PARELLO-PLESNER, Jonas; DÛCHATEL, Mathieu. **China's strong arm: Protecting citizens and assets abroad**. Abingdon. Oxon: Routledge, 2015.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **United Nations Charter**. New York, 1945. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **(A/47/277) – An Agenda for Peace**. New York, United Nations General Assembly, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em: 07 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **(A/50/60) – Supplement to an Agenda for Peace**. New York, United Nations General Assembly, 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html>>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **(A/55/305) – Identical letters dated 21 August 2000 from the Secretary-General to the President of the General Assembly and the President of the Security Council: report of the Panel on United Nations Peace Operations**. New York, United Nations General Assembly, 2000. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/49997ae61a.html>>. Acesso em 10 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **(A/59/565) – Report of the High-Level Panel on Threats, Challenges and Change on a more secure world: Our shared responsibility**. New York, United Nations General Assembly, 2004. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/59/565>. Acesso em 10 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **In Larger Freedom, Towards Security, Human Rights and Development for All**. New York, United Nations General Assembly, 2005. Disponível em: <http://csnu.itamaraty.gov.br/images/17_In_Larger_freedom_Relat%C3%83%C2%B3rio_do_SGNU_Kofi_Annan.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Capstone Doctrine**. New York, United Nations General Assembly, 2008a. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/Capstone_Doctrine_ENG.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **TCC Generic Guidelines for Deploying Military Units to UN Peacekeeping Missions. New York: United Nations Department of Peacekeeping Operations**. New York: United Nations Department of Peacekeeping Operations, 2008b. Disponível em: <<http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/387419/CopyofTCCGenericGuidelinesApprovedsigned7March2008.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **New Horizon**. New York, United Nations Department of Peacekeeping Operations and Department of Field Support, 2009a. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/newhorizon_0.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Guidelines on Roles and Training Standards for UN Military Staff Officers. New York: United Nations Department of Peacekeeping Operations**, 2009b. Disponível em: <<http://dag.un.org/handle/11176/89494>>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **UNMEM Manual: Selection, Deployment, Rotation, Extension, Transfer and Repatriation of United Nations Military Experts on Mission in United Nations Peacekeeping Operations**. New York: United Nations Department of Peacekeeping Operations, 2010. Disponível em: <<http://dag.un.org/handle/11176/89516>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

- ONU, Organização das Nações Unidas. **(S/RES/1996) Resolution 1996 Adopted by the Security Council at its 6576th meeting.** New York, United Nations General Assembly, 2011. Disponível em: <<https://unmiss.unmissions.org/un-security-council-resolution-1996-2011>>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **(S/RES/2206) Resolution 2206 Adopted by the Security Council at its 7396th meeting.** New York, United Nations General Assembly, 2015a. Disponível em: <<https://http://unscr.com/files/2015/02206.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **(S/2015/656) Letter dated 21 August 2015 from the Panel of Experts on South Sudan established pursuant to Security Council resolution 2206 (2015) addressed to the President of the Security Council.** New York, United Nations General Assembly, 2015b. Disponível em: <<https://www.undocs.org/S/2015/656>>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **(A/73/350/Add.1) – Scale of assessments for the apportionment of the expenses of United Nations peacekeeping operations.** New York, United Nations General Assembly, 2019. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/73/350/Add.1>>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Contributors to UN Peacekeeping Operations by Country and Post Police, UN Military Experts on Mission, Staff Officers and Troops.** New York, United Nations Department of Peacekeeping Operations, 2020. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- PATJINKA, Erik. Military diplomacy and its present functions. **Security Dimensions.** International and National Studies, n.20, p.179–194. 2016.
- PAUTASSO, Diego. O papel da África na Nova Rota da Seda Marítima. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v.1, n.2, jul-dez 2016, p.124-136, 2016.
- SACHAR, B. S. Cooperation in military training as a tool of peacetime military diplomacy. **Strategic Analysis**, v. 27, n. 3, p. 404-421, jul. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09700160308450097>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- SANDOZ, Yves. Droit ou devoir d'ingérence, droit à l'assistance: de quoi parle-t-on? **Revue Internationale de la Croix-Rouge**, v.74, n.795, p.225-237, jun. 1992. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/s0035336100104812>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- SCHELLING, Thomas C. **Strategy of Conflict.** [S. l.]: Literary Licensing, LLC, 2011..
- SCHMITT, Carl. **O conceito do político.** University of Chicago Press, 2007.
- SCHOMERUS, Mareike; DE VRIES, Lotje; VAUGHAN, Christopher. Introduction: Negotiating Borders, Defining South Sudan. *In*: SCHOMERUS, Mareike; DE VRIES, Lotje; VAUGHAN, Christopher. **The Borderlands of South Sudan.** New York: Palgrave Macmillan US, 2013. p.1-22. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781137340894_1>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **A diplomacia de Defesa na Sociedade Internacional.** Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2014.
- SILVA, Vinícius Lemos da. **A diplomacia militar e sua contribuição para a política externa brasileira.** Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2017.
- SIMONS, Thomas W. US Foreign Policy and Democracy Promotion: From Theodore Roosevelt to Barack Obama. **Journal of Cold War Studies**, v. 16, n. 4, p. 289-291, out.2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1162/jcwsr00508>>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- SOUTH SUDAN. Exploration and Production. **Ministry of Petroleum**, 2020. Disponível em: <https://www.mop.gov.ss/exploration-production/>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- SUTOR, J. **Leksykon dyplomatyczny**, Lexis Nexis, Warsaw, 2005.
- SWISTEK, Göran. The Nexus Between Public Diplomacy and Military Diplomacy in Foreign Affairs and Defense Policy. **Connections: The Quarterly Journal**, v.11, n.2, p.79-86, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.11610/connections.11.2.06>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- VERJEE, Aly. Ethiopia and the South Sudanese Civil War. **E-International Relations**, 2017. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/pdf/71798>>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International relations and world politics.** Boston, MA: Pearson, 2013.
- WATSON, Adam. **Diplomacy: the dialogue between states.** Routledge, 1982.
- WINCKLER, Joel Gwyn. Exceeding Limitations of the United Nations Peacekeeping Bureaucracy: Strategies of Officials to Influence Peacekeeping Activities within the United Nations Mission in Liberia and the Department of Peacekeeping Operations. **International Peacekeeping**, v.22, n.1, p.43-64, jan. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13533312.2014.992576>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- YIN, R. K. **Case study research and applications: design and methods.** Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.
- YOSHIDA, Yuki. Interethnic conflict in Jonglei State, South Sudan: emerging ethnic hatred between the Lou Nuer and the Murle. **African Journal on Conflict Resolution** v.13 n.2 p.39-58. 2013.

Funções de colaboração exercidas

Guilherme de Araujo Grigoli *Conceituação; Metodologia; Administração do projeto; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita.*

Lucas Amorim Poyares Castro: *Conceituação; Metodologia; Administração do projeto; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita.*

Informações fornecidas pelos(as) autores(as) de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)